

NOVO SÉCULO, ANTIGO MAL-ESTAR: UMA HISTÓRIA RECENTE DA PSICANÁLISE NA FRANÇA

New Century, Old Malaise: A Recent History of Psychoanalysis in France

Nuevo Siglo, Antiguo Malestar: Una Historia Reciente de la Psicoanálisis en Francia

Nouveau Siècle, Vieille Maladie: Une Histoire Récente de la Psychanalyse en France

DOI: 10.5020/23590777.rs.v17i1.5213

Letícia Vier Machado (Lattes)

Doutoranda do Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia - USP. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Fernando Aguiar Brito de Sousa (Lattes)

Professor titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Filosofia e pós-doutor em Filosofia e em Psicologia pela Université Catholique de Louvain (UCL), Bélgica.

Adriana Rodrigues (Lattes)

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumo

No início do século XXI, a psicanálise deparava-se com um novo período de instabilidade, fruto das mudanças no cenário mundial somadas às crises das instituições psicanalíticas. Na França, país onde as características peculiares de implantação e difusão da psicanálise concederam-lhe o status de verdadeira “exceção” em relação ao restante do mundo, a situação de crise foi sentida de maneira ainda mais intensa devido à demanda do Estado em regulamentar a prática psicanalítica, discussão que chegou ao seu ápice em 2003. O contexto exigia respostas que articulassem psicanálise e política em ações que pudessem atestar a importância da psicanálise no mundo contemporâneo. A investigação teórico-bibliográfica, fundamentada em metodologia qualitativa, apontou para o entendimento de que a saída encontrada pelo movimento psicanalítico francês em resposta a crise instalada ocorreu pela via do retorno à psicanálise aplicada à terapêutica, colocando-a no centro dos debates e ações. O objetivo deste artigo é recuperar parte dessa história recente da psicanálise francesa e seus impactos para os psicanalistas em todo o mundo, trazendo as nuances dos movimentos que se constituíram no referido período. Destaca-se a organização do “Estados Gerais da Psicanálise”, movimento que reuniu psicanalistas de diferentes abordagens e filiações institucionais a fim de discutir os desafios para a psicanálise no novo século. Por fim, trazemos a experiência dos Centros Psicanalíticos de Consulta e Tratamento (CPCTs), criados para ofertar tratamento psicanalítico gratuito, de forma a evidenciar a utilidade social da psicanálise.

Palavras-chave: psicanálise aplicada; psicanálise e política; psicanálise e instituições; avaliação terapêutica.

Abstract

At the beginning of the 21st century, psychoanalysis was faced with a new period of instability, the result of changes in the world scene combined with the crises of psychoanalytic institutions. In France, where the peculiar characteristics of the implantation and diffusion of psychoanalysis gave it the status of a true “exception” in relation to the rest of the world, the crisis situation was felt even more intense due to the State’s demand to regulate Psychoanalytic practice, a discussion that reached its apex in 2003. The context required responses that articulated psychoanalysis and politics into actions that could attest to the importance of psychoanalysis in the contemporary world. The theoretical-bibliographic research, based on a qualitative methodology, pointed to the understanding that the way out found by the

French psychoanalytic movement in response to the installed crisis occurred through the return to psychoanalysis applied to therapy, placing it at the center of debates and actions. The aim of this article is to recover part of this recent history of the French psychoanalysis and its impacts to the psychoanalysts around the world, bringing the nuances of the movements that constituted in the referred period. It is worth mentioning the organization of the “General States of Psychoanalysis”, a movement that brought together psychoanalysts from different institutional approaches and affiliations in order to discuss the challenges for psychoanalysis in the new century. Finally, we bring the experience of the Centros Psicanalíticos de Consulta e Tratamento/Psychoanalytic Centers of Consultation and Treatment (CPCTs), created to offer free psychoanalytic treatment, in order to show the social utility of psychoanalysis.

Keywords: *applied psychoanalysis; psychoanalysis and politics; psychoanalysis and institutions; therapeutic evaluation.*

Resumen

Al inicio del siglo XXI, el psicoanálisis se encontró con un nuevo período de inestabilidad, fruto de los cambios en el escenario mundial agregado a las crisis de las instituciones psicoanalíticas. En Francia, país donde las características peculiares de implantación y difusión del psicoanálisis le dieron el status de verdadera “excepción” en relación al resto del mundo, la situación de crisis fue resentida de manera aún más intensa por causa de la demanda del Estado en regular la práctica psicoanalítica, discusión que llegó al ápice en 2003. El contexto exigía respuestas que articulasen psicoanálisis y política en acciones que pudieran testificar la importancia del psicoanálisis en el mundo contemporáneo. La investigación teórico-bibliográfica, basada en metodología cualitativa, señaló para el entendimiento de que la salida encontrada por el movimiento psicoanalítico francés en respuesta a la crisis instalada ocurrió por la vía del regreso al psicoanálisis aplicado a la terapéutica, poniéndola al centro de los debates y acciones. El objetivo de este artículo es recuperar parte de la historia reciente del psicoanálisis francés y sus impactos para los psicoanalistas en todo el mundo, trayendo los matices de los movimientos que constituidos en el referido periodo. Se sobresale la organización del “Estados Generales de la Psicoanálisis”, movimiento que reunió psicoanalistas de distintos enfoques y filiaciones institucionales para discutir los retos para el psicoanálisis en el nuevo siglo. Por fin, traemos la experiencia de los Centros Psicoanalíticos de Consulta y Tratamiento (CPCTs), creados para ofrecer tratamiento psicoanalítico gratis, para mostrar la utilidad social del psicoanálisis.

Palabras clave: *psicoanálisis aplicado; psicoanálisis y política; psicoanálisis e instituciones; evaluación terapéutica.*

Resumé

Au début du XXI^e siècle, la psychanalyse faisait face à une nouvelle période d'instabilité en raison des modifications dans la scène mondiale, ajoutée aux crises dans les institutions psychanalytiques. En France, les caractéristiques particulières de mise en œuvre et diffusion de la psychanalyse ont lui accordé le statut de véritable «exception» concernant le reste du monde. La crise a été encore plus intense en raison de la demande de l'État sur la régulation de la pratique psychanalytique, discussion qui est arrivée à son apex en 2003. Le contexte exigeait des réponses qui articulaient psychanalyse et politique dans actions qui pourraient témoigner de l'importance de la psychanalyse dans le monde contemporain. La recherche théorique et bibliographique, basée sur une méthodologie qualitative, a indiqué que la solution trouvée par le mouvement psychanalytique français en réponse à la crise a eu lieu grâce au retour à la psychanalyse appliquée à la thérapeutique, en la plaçant au centre des débats et des actions. Le but de cet article consiste à récupérer une partie de cette histoire récente de la psychanalyse française et ses conséquences pour les psychanalystes du monde entier, en apportant les nuances des mouvements formés en cette période. On peut attirer l'attention à l'organisation des «États généraux de la psychanalyse», mouvement qui a réuni des psychanalystes de différentes approches et affiliations institutionnelles afin de discuter les défis pour la psychanalyse dans le nouveau siècle. Enfin, nous apportons l'expérience des Centres Psychanalytiques de consultation et de traitement (CPCTs), créés pour offrir un traitement psychanalytique gratuit, afin de mettre en évidence l'utilité sociale de la psychanalyse.

Mots-clé: *psychanalyse appliquée; psychanalyse et politique; psychanalyse et institutions; évaluation thérapeutique.*

Em 1899, Freud finaliza a escrita de *A Interpretação do sonho*, obra que apresenta a psicanálise ao mundo. Sua publicação ocorre às vésperas da virada do século, o que nos leva a crer em sua aposta nos efeitos de um marco cronológico. As inquietações surgidas entre o fechamento de um século e o início de outro produzem a necessidade de assumir posturas mais ousadas em relação ao futuro.

No início do século XXI, cem anos depois que tudo começou, várias vozes se elevaram dentro do movimento psicanalítico, expressando seus anseios em relação ao lugar da psicanálise no novo século. As aceleradas mudanças no cenário mundial e

seus impactos no campo psicanalítico traziam para a ordem do dia a necessidade de debater a atualidade da clínica freudiana frente aos impasses e demandas daquele momento. No cenário *psi*, a “nova versão” das furiosas e contínuas críticas a Freud e à sua disciplina vinham acompanhadas do avanço das psicoterapias cognitivo-comportamentais (TCCs), bem como da banalização do uso de psicotrópicos, movimentos que, alinhados ao espírito do tempo, defendiam a crença na possibilidade de alívio imediato de todo sofrimento psíquico. Assim, ancorados no discurso da ciência, forneciam os argumentos para o Estado em sua tentativa de regulamentar, direcionar ou restringir a prática psicanalítica, sobretudo na França (Machado, 2016).

No início resistente ao freudismo, apenas em 1926, a França contou com sua primeira sociedade psicanalítica. Chauvinistas, os médicos franceses limitaram-se a aderir “a uma concepção terapêutica da psicanálise”, tendo sido antes os meios literários que “acolheram bem a doutrina ampliada da sexualidade”. Em contrapartida, no decorrer da história, a psicanálise ocupou naquele país um lugar privilegiado, já que reunia todas as condições (intelectuais, culturais e científicas) para a implantação da disciplina freudiana, tanto “por via médica e terapêutica (psiquiatria, psicologia, psicologia clínica) quanto por via intelectual (literatura, filosofia, política, universidade)” (Roudinesco & Plon, 1998, pp. 228-250). Com a segunda geração de psicanalistas, a psicanálise já se caracterizava por um saber subversivo, crítico e transformador.

Entretanto, esse lugar privilegiado não conservou sua garantia e estabilidade. A partir de 1999, a França tornou-se palco de uma séria investida do Estado no intuito de avaliar, regulamentar e submeter as práticas psicoterapêuticas ao poder médico. Essa discussão atingiu seu ápice em 2003, com a aprovação do projeto de lei conhecido como emenda Accoyer, proposta pelo então deputado Bernard Accoyer com o intuito de regulamentar as psicoterapias e estabelecer qualificações específicas para o seu exercício.

A emenda preenchia um vazio jurídico, uma vez que a categoria de “psicoterapeuta” não existia legalmente. O país acabara de sair de um combate contra as seitas religiosas, comandadas não em pequeno número por líderes que se diziam psicoterapeutas, o que serviu como ensejo para a proposta de Accoyer, justificando-a como um meio de proteger os pacientes e de erradicar o *charlatanismo* das práticas psicoterápicas estabelecendo normas e condições ao seu exercício. Além disso, a emenda se inseria no contexto de uma reestruturação das profissões da saúde mental que ocorria no país, desde a publicação de um novo Código de Saúde Pública, em 2002 (Aguiar, 2005).

Nos desdobramentos da proposta inicial – ainda que não mencionada no primeiro texto de Accoyer, a psicanálise seria vista aos olhos do Estado como uma entre outras psicoterapias – o próprio deputado Accoyer e o ministro Mattéi, reconhecendo-a “como uma psicoterapia à parte, [...] sustentaram a necessidade de sua validação e de controlar seus profissionais, em particular em início de carreira, [exigindo], em troca da ‘especificidade’ psicanalítica”, a entrega ao Estado dos seus registros nos anuários das instituições as quais pertenciam, a fim de verificar a regularidade de sua prática profissional (Aguiar, 2005). A proposta foi aceita por grande parte das instituições, dentre elas a *International Psychoanalysis Association* (IPA). A *École de la Cause Freudienne* (ECF) não apenas recusou a proposta, como convocou um fórum ampliado, organizado por Jacques Alain-Miller (Aguiar, 2005; Roudinesco, 2005), para a discussão entre as diversas instituições de psicanálise, psicólogos e demais profissionais envolvidos. A partir daí, a preocupação com o futuro da psicanálise passa a ser expresso nos textos, seminários, eventos, reverberando para além do território francês.

Esses atravessamentos políticos e sociais, somados aos constantes conflitos dentro das instituições psicanalíticas, formavam um cenário de crise, diante do qual parecia necessário assumir posições de maior radicalidade. Os discursos demonstravam as tensões existentes entre as diversas matrizes teóricas e institucionais. Nessa babel do universo psicanalítico, o ponto de unificação centrava-se na preocupação em sustentar a força do discurso psicanalítico na contemporaneidade. A ebulição em torno desse debate gerou efeitos para além do território francês. No Brasil, essas inquietações foram expressas de modo mais contundente pelos psicanalistas vinculados aos *Estados Gerais da Psicanálise*, aos *Fóruns do Campo Lacaniano* e à *Associação Mundial de Psicanálise* (AMP), instituições nascidas na década de 1990 e interligadas em sua origem.

Recuperar parte dessa história recente da psicanálise, tendo como pano de fundo a França, é o objetivo deste artigo, que resulta de pesquisas teórico-bibliográficas a partir das quais elencamos três eixos de análise. Primeiramente, para compreender a crise e o declínio da psicanálise na França no início do século XXI, discorreremos sobre o modo particular de implantação e difusão da psicanálise naquele país, que lhe concedeu o *status* de verdadeira “exceção” em relação ao restante do mundo e, conseqüentemente, uma forte e duradoura influência em numerosos países, dentre eles, e de modo marcante, no Brasil. Nesse percurso, particular ênfase é atribuída às instituições psicanalíticas, às crises e rupturas institucionais, em grande parte pivôs do enfraquecimento do projeto freudiano.

Em segundo lugar, resgatamos na brevidade do artigo o acontecimento denominado “Estados Gerais da Psicanálise”, uma tentativa de conjugar psicanalistas de diferentes correntes e pertencimentos institucionais em prol do objetivo comum de discutir os impasses da psicanálise no novo século e pensar a necessária reconstituição de suas alianças com a política e com o social.

Em resposta à crise da psicanálise na virada do século, mais do que nunca as transformações sociais exigiram dos psicanalistas acertarem seu compasso com a marcha do mundo, precipitando um retorno do que poderíamos chamar genericamente de uma “psicanálise aplicada” (conforme justificaremos mais adiante) como saída aos impasses colocados.

Constituindo assim, o terceiro ponto analisado neste artigo, essas modalidades de psicanálise passam a ganhar visibilidade e novas possibilidades de intervenção são incentivadas.

As iniciativas nessa perspectiva apresentaram-se como uma saída possível para manter viva a psicanálise na pólis. Dentre elas, optamos por examinar a experiência, inicialmente francesa, do Centro Psicanalítico de Consultas e Tratamento (CPCT), criado em 2003, por se tratar de uma experiência que obteve êxito em materializar o teor dos debates, apostando na criação desses espaços de oferta de psicanálise sem custo monetário – o que não exclui, portanto, o custo subjetivo de uma análise –, como uma forma de “presentificar a psicanálise no mundo” (Lacan, 1964/2003a). Assim, descreveremos seu funcionamento e impasses, e também seus efeitos sobre a própria psicanálise.

A “Exceção Francesa”

A importância excepcional que, no futuro, a psicanálise viria a alcançar na França contrasta com a pouca receptividade inicial. Conforme relato do próprio (Freud, 1914/2012), poucos anos depois de seu nascimento, sua disciplina já havia se expandido pela Europa (Suíça, Alemanha, Inglaterra e Hungria) e, ainda que rejeitada com frequência, sua presença não podia mais ser ignorada. Atravessara as fronteiras mais distantes: em 1909, Freud é convidado para conferências na Universidade Clark, em Worcester, Estados Unidos, depois Canadá, posteriormente Chile e Argentina seriam os países que a importariam (Freud, 1914/2012).

No caso francês, conforme seu entendimento, a difusão ocorreu inicialmente nas províncias, mas Paris permanecia sob a influência de Pierre Janet, para quem os pontos positivos da psicanálise constituíam uma repetição de sua própria teoria. Porém, em nota de 1923, Freud (1914/2012) retifica que, com as traduções de suas obras para a língua francesa, o interesse pela psicanálise estava sendo despertado, ainda que mais nos meios literários do que científicos, como era seu desejo.

Tais particularidades na implantação de sua disciplina na França, acompanhadas com interesse por Freud e também já referidas no início deste artigo, não impediram que, já na segunda geração de psicanalistas franceses, cujos expoentes foram Jacques Lacan e Françoise Dolto, a psicanálise se disseminasse aliada à ideia de um poder subversivo, demarcando a expressão que representa seu prestígio em relação ao mundo. Se, por um lado, a “exceção francesa” nasce acoplada à ideia de subversão, ao mesmo tempo é pela ambiguidade que ela se definirá, já que o país que reunia todas as condições necessárias à implantação e difusão da psicanálise será o mesmo que, em parte, lhe dedicará, particularmente neste início de século, um ódio inflamado.

É possível demarcar no tempo as condições para o surgimento da “exceção francesa” ainda no período da Revolução de 1789, quando a loucura adquire legitimidade científica e jurídica, marcando o nascimento institucional da psiquiatria com Philippe Pinel. Aliado a esse acontecimento histórico, cem anos depois, no final do século XIX, surge a exemplaridade do “caso Dreyfus”, dando origem à categoria social, à noção e ao substantivo “intelectual” na língua francesa (Rodrigues, 2005; Roudinesco, 2009). Alfred Dreyfus era um capitão judeu e alsaciano, acusado injustamente de fornecer documentos secretos ao exército alemão: “Preso em 1894, ele é julgado de maneira sumária e condenado à degradação militar e à deportação.” (Rodrigues, 2005, p. 399). Para além do erro judiciário que resultou na condenação de Dreyfus, o caso figurou como uma grande crise política na III República francesa. O complô contra Dreyfus seria denunciado em um texto de Émile Zola, de 1898, e por uma petição dos chamados “intelectuais” (denominação que lhes foi dada pelos manifestantes contrários, referindo-se sobretudo ao intelectual de esquerda), solicitando ao poder público a revisão do processo. Assinada por professores universitários, escritores e artistas que exprimiam um protesto político – daí o ensejo para uma definição da “missão” do intelectual – desde então, e até a década de 1970, essa noção histórica esteve ligada a um dever moral de esclarecimento da verdade ao público em nome de uma atitude política e engajada.

Ainda entre essas condições intelectuais estava a emergência da modernidade literária, com Charles Baudelaire e Arthur Rimbaud propagando a ideia de mudar o homem, oriunda do escrito do poeta Rimbaud a um amigo: “*le je est un autre*” [o eu é um outro]. Assim, ao denunciar a estupidez da crença no significado da palavra *eu*, Rimbaud antecipa-se à Freud para dizer de um *outro* que abala a pretensão do eu individual e burguês (Kehl, 2005).

Dadas tais condições históricas, na década de 1950, Jacques Lacan firma-se na França como inaugurador de um sistema de pensamento original, apoiado em Freud e na filosofia de Hegel, mas também no estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e na linguística de Ferdinand de Saussure e de Roman Jakobson. O grande feito de Lacan para a França – que se tornaria décadas depois alvo de inflamadas críticas à “exceção francesa” – foi a peculiaridade de sintetizar os dois caminhos de implantação da psicanálise: a via médica (já que ele vinha de uma formação na psiquiatria) e a via intelectual, dois poderosos campos da cultura naquele país.

Desde sua morte, em 1981, ocorrida poucos meses depois da fundação da *Escola da Causa Freudiana*, intensificaram-se as disputas institucionais em torno da condução da herança lacaniana, cindindo a “família legal” e a “família psicanalítica”, num embate centralizado na figura de Jacques-Alain Miller, genro e herdeiro dos direitos autorais da obra de Lacan

(Roudinesco, 1986). Os conflitos resultaram em sucessivas rupturas, sendo que a primeira ocorre ainda no ano de 1982, quando um grupo ligado ao psicanalista Charles Melman funda a *Associação Lacaniana Internacional*.

Passados dez anos, em fevereiro de 1992, e a partir da articulação de Miller, quatro escolas de orientação lacaniana se unem para fundar a *Associação Mundial de Psicanálise* (AMP), formada pela Escola da Causa Freudiana (Paris/França), Escola Europeia de Psicanálise do Campo Freudiano (Paris/França), Escola do Campo Freudiano de Caracas (Venezuela) e Escola de Orientação Lacaniana do Campo Freudiano (Buenos Aires/Argentina).

Enfim, mais seis anos passam e a AMP conheceria sua primeira crise, iniciada em território francês, mas com reflexos em toda a rede associada. Os debates tensos centraram-se nas figuras de Miller e da psicanalista francesa Colette Soler. Na troca de cartas entre eles, durante a preparação para o Congresso da AMP realizado em Barcelona, em 1998, Soler queixa-se de não ter sido atendida em sua solicitação de um espaço para colocar em pauta discussões sobre questões relativas ao dispositivo do passe¹, sobre a organização da escola, sobre a rotatividade na hierarquia institucional, dentre outras preocupações. Como porta-voz de um movimento maior, na ocasião do Congresso, ela convida para o debate os demais psicanalistas insatisfeitos, organizando um fórum paralelo. Os desdobramentos dessa situação levaram a um rompimento institucional de grandes proporções, dando origem aos *Fóruns do Campo Lacaniano*, construídos como alternativa institucional ao que denominaram “oposição ao abuso do Um na psicanálise”².

Os Estados Gerais da Psicanálise

As rupturas e reconfigurações do movimento psicanalítico francês acirravam o debate em torno da interrogação que continuava se impondo aos psicanalistas: como fazer a psicanálise sobreviver ao século XXI? No início do novo século era ainda latente o mal-estar em relação à disciplina freudiana. Além do que, via-se ameaçada a capacidade mesma da psicanálise de *provocar* a crise (Derrida, 2000), como fizera Freud no século anterior com os grandes marcos da modernidade, dos quais a crise da razão pelo advento do inconsciente freudiano parece ser sua maior expressão.

Diante do incômodo constante, o psicanalista francês René Major tomou a iniciativa de convocar os primeiros “Estados Gerais da Psicanálise” (EGP), a fim de discutir “os impasses presentes nos diversos discursos teóricos e nas modalidades de organização social da psicanálise” (Birman, 2010, p. 65). A iniciativa de Major foi desencadeada por uma série de acontecimentos. Em 1997, ele prefaciou a versão do livro de Helena Besserman Vianna, *Não Conte a Ninguém*, que denunciava a cumplicidade da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro com o psicanalista Amílcar Lobo em práticas de tortura durante a ditadura no Brasil, acontecimento que serviu de ensejo para a convocação. O que persistia como sintoma na psicanálise era a constatação de um inconsciente visto cada vez mais desarticulado do social e da política, distante do projeto freudiano, o que colocava em evidência a problemática do poder na psicanálise (Major, 2003a).

A partir de então, desencadeou-se um processo de retomada da trajetória política do movimento psicanalítico, com a preocupação em recordar a história dos episódios recentes ocorridos principalmente na América Latina, segundo Major, a fim de elaborar e não mais repetir os graves erros cometidos pelas instituições de psicanálise, acusadas de omissão e autoritarismo. O ponto em comum era o acordo em torno do momento de “conferir” o *status* da psicanálise no mundo, levantar problemas e discutir caminhos.

Segundo Major (1997), o termo escolhido para nomear a iniciativa foi uma alusão à Revolução Francesa, precedida também por “Estados Gerais” convocados pelo rei em momentos de crise, quando a soberania monárquica se fazia substituir pela soberania popular, e os vassalos assumiam o papel de aconselhar seu soberano. Em junho de 1789, a assembleia dos Estados Gerais foi convocada, e numa correlação de forças determinada pelo caos político instalado, o povo consegue transformar os Estados Gerais em uma assembleia nacional, evoluindo para uma assembleia constituinte, abrindo caminhos para a Revolução Francesa. Seguramente, a referência ao período revolucionário agregava ao movimento um caráter de subversão importante naquele momento.

A convocatória para os EGP foi realizada por Major, ainda em 1997, privilegiando sua organização em forma de rede, e não de instituição. Após três anos de preparação, o primeiro encontro mundial dos EGP foi realizado no ano de 2000, em Paris, e a convocação alcançou tamanha repercussão que o evento foi realizado com a presença de 1.200 psicanalistas, representando 34 países. Sua singularidade partia da renúncia à hierarquização, dado o fato de que não se articulava a partir das instituições psicanalíticas, mas de indivíduos que não se faziam representar senão por si mesmos, *em nome próprio* (Birman, 2010).

1 A partir de 1967, diante da crescente demanda pela formação analítica e com o surgimento das primeiras crises dentro de sua Escola, Lacan propôs o dispositivo do “passe”. Tratava-se de um procedimento para verificar se o candidato seria capaz de teorizar sobre sua análise didática, evidenciando os pontos fundamentais que o levaram a autorizar-se como analista. Criado para resolver um (*im*)*passe*, o dispositivo acabou tornando-se pivô de diversos conflitos e rupturas dentro do movimento psicanalítico de orientação lacaniana nos anos seguintes.

2 Carta da *Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano*, recuperada de <http://champlacanien.net/public/docu/4/ifCharte2014.pdf>.

Os encontros realizaram-se, não por acaso, no auditório da Sorbonne, “palco de uma história intelectual excepcional” (Major, 2003b, p. 18), que não deixa escapar uma alusão ao desejo de um retorno da figura esquecida do intelectual, nascida com o caso Dreyfus, que preparou o terreno para a implantação da psicanálise na França. O evento foi considerado um verdadeiro acontecimento, inédito na história da disciplina freudiana, visto que poucas vezes psicanalistas de trajetórias tão distintas sentaram juntos para debater questões caras à psicanálise, tida como causa última de sua reunião.

Em um primeiro momento, os debates refletiam a preocupação com as relações de poder nas instituições psicanalíticas e suas consequências, com a organização de comitês centrados no eixo França, Brasil e Argentina, principalmente. A conferência proferida por Jacques Derrida, “Estados de alma da psicanálise”, pode ser lida como o grande momento dos Estados Gerais de 2000. Perpassada por preocupações de ordem teórica, ética e política, foi também a última incursão de Derrida na psicanálise (Birman, 2010).

Na conferência, a problemática da *crueledade* assume papel central, considerando suas formas atuais no contexto da mundialização, suas transformações e sua historicidade. Derrida interpela a psicanálise a partir da questão da *soberania*, situada como correlata da crueldade, a partir da distinção que ele estabelece entre *mundialização* e *internacionalização*. Enquanto a *internacionalização* é marcada pela soberania como regulador das relações entre os Estados, a *mundialização* se orienta para o *cosmopolitismo*, ou seja, não é regulada pela soberania (Birman, 2010). Para a psicanálise, a questão então colocada é se ela pretendia continuar como uma “organização internacional ou, ao contrário, [...] se transformar em um movimento cosmopolita”, inaugurando assim um devir da psicanálise (p. 62).

Por um lado, como organização internacional, a psicanálise materializa a soberania em suas diferentes instituições e escolas, sobretudo no que diz respeito à sua forma de organização e seus lugares instituídos de poder. Assim, os Estados Gerais não poderiam almejar a *salvação* da psicanálise, uma vez que isso implicaria constituir “uma nova soberania no campo psicanalítico”, renovando formas de organização soberanas, ou até fundamentalistas (Birman, 2010, p. 64). Por outro lado, a psicanálise dirigida ao cosmopolitismo passaria pela constituição de laços de amizade no seio de sua própria comunidade, relançando “o movimento psicanalítico numa outra perspectiva ética e política” (Birman, 2010, p. 66).

Os anos seguintes ao primeiro encontro foram de intensa mobilização, considerável produção teórica e encontros regionais que culminaram no segundo encontro mundial, realizado no Rio de Janeiro, em 2003, com o tema *Atualidade no psicanalisar*. Na época, René Major concedeu uma entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* expondo os motivos que o levaram à convocação dos EGP, no intuito de refletir sobre o “estado geral” da psicanálise no mundo e sem a pretensão de criar uma instituição ou associação de psicanálise. Destacou a história da psicanálise no Brasil como fator importante para repensar as consequências do “esquecimento, recalcamento e ignorância intrínseca da política no movimento psicanalítico” (Major, 2003a), em referência à omissão das sociedades psicanalíticas em relação ao caso Amílcar Lobo e seus desdobramentos. A proposta dos EGP alcançou importante adesão entre os psicanalistas brasileiros, e gerou uma produção considerável de trabalhos entre os anos de 1997 a 2005, período em que o movimento permaneceu ativo. A produção trazia a marca da interface entre psicanálise, cultura e sociedade.

Por ironia – considerando a proposta de retomar a história do movimento psicanalítico – não é possível encontrar divulgação dos acontecimentos após o segundo encontro mundial. A partir dos documentos produzidos até então, é possível entender que aconteceram rupturas e um esvaziamento político. Sabe-se que, no evento do Rio de Janeiro, em 2003, alguns psicanalistas sentiram-se ofendidos pela conferência do escritor e ativista paquistanês Tariq Ali, cujas colocações, na visão deles, demonstravam hostilidade ao povo judeu e fomentavam a violência. Seguiram-se discussões intensas, e é mesmo possível que a polêmica tenha desvelado outros problemas, abrindo espaço ao que Freud denominou “narcisismo das pequenas diferenças” (Freud (1917/2013) – fenômeno no qual as inúmeras semelhanças não são suficientes para aplacar a estranheza diante das diferenças pontuais – resultando no esgotamento da iniciativa internacional.

Do que se tem documentado, a breve trajetória dos EGP evidenciou a necessidade de um posicionamento distinto, não apenas teórico, mas, sobretudo, político. Apesar de não ter alcançado seus objetivos iniciais, os efeitos do processo desencadeado pelos Estados Gerais denunciaram o fracasso de uma forma de organização soberana, que já não respondia aos questionamentos do tempo presente:

O que se impõe, portanto, é a interrogação crucial de como é que a psicanálise irá se defrontar efetivamente com os novos discursos científico e técnico que a interpelam hoje. Se Freud nunca evitou tal debate, segundo Derrida, é preciso saber como a psicanálise na contemporaneidade irá se posicionar em face dos novos discursos científico e técnico (Birman, 2010, p. 65).

Apesar de não haver respostas definitivas para a questão lançada por Derrida, alguns caminhos podem ser apontados. Em primeiro lugar, a interlocução com outros discursos depende do deslocamento da psicanálise de uma posição pretensamente neutra – que jamais deveria confundir-se com a noção clínica freudiana de *neutralidade*, condição da escuta flutuante do analista e, em particular, da associação livre do analisando – para se articular ao registro do político. Para Derrida, essa mudança de posição (ética e política) é o que caracterizaria a psicanálise como um “saber sem álibi”: sem os álibis “da teologia, da moral, do poder e da soberania” (Birman, 2010, p. 66).

Em segundo lugar, a articulação da psicanálise com o registro do político exige também uma reflexão sobre seu enquadre de tratamento em tempos nos quais a demanda de eficácia cientificamente comprovada prevalece sobre a exploração do inconsciente, além de redefinir o modo de organização de suas instituições e sua função sociopolítica, entre outros dilemas. Esses parecem ser desafios cruciais para a psicanálise em sua tarefa de manter-se à altura dos impasses do mundo contemporâneo.

Na França, as propostas do Estado em relação à psicanálise exigiam um posicionamento que se articulasse ao registro do político e aos outros discursos. Assim, na busca por uma aproximação entre a clínica, a política e as questões sociais, as ações teóricas e práticas dos psicanalistas ligados à AMP se orientaram para a retomada de iniciativas da ordem de uma “psicanálise aplicada”, expressão que recuperamos aqui à luz de seu uso histórico, de modo a contemplar a flexibilização do enquadre e o remanejamento da técnica em favor da experiência e em prol da extensão da variedade das práticas irrigadas pela psicanálise.

Uma digressão aqui se impõe como necessária e mesmo como fundamental para este artigo. Se a psicanálise nasce como uma terapêutica, um “tratamento psíquico”, isto é, um tratamento de transtornos psíquicos e físicos mediante meios eminente e exclusivamente psíquicos, Freud não demora a perceber – e seus três livros fundadores (*A interpretação do sonho*, *A psicopatologia da vida cotidiana* e *A piada e sua relação com o inconsciente*) são a prova disso – que sua criação é de fato um método a ser aplicado ao exame de todas as produções humanas, e não apenas àquelas surgidas no contexto clínico. A esse propósito, Freud (1926/1992), p. 291) chega ao ponto de escrever: “Provavelmente, o futuro julgará que a significância da psicanálise como ciência do inconsciente [*Wissenschaft des Unbewußten*] ultrapassa de longe sua significância terapêutica”. A esta investigação sistemática, dita psicanálise aplicada, se lançam na primeira década da psicanálise (e do século), incansavelmente e da forma mais variada, Freud e seus seguidores – não tivessem estes, em sua maioria, origens leigas também das mais variadas –, encantados com as possibilidades que se abriam com a formalização teórica dos conceitos de inconsciente e de sexualidade infantil. A essa enorme produção convencionou-se chamar “psicanálise aplicada” (*Angewandte Psychoanalyse*) para diferenciá-la da vertente original clínica, que, devemos lembrar, depois de um século permanece ainda, hegemonicamente, em seu formato *standard*.

Nas “reuniões das quartas-feiras”, ainda na residência de Freud, a psicanálise aplicada não tinha qualquer conotação pejorativa, pelo contrário: para Freud, como atesta grande parte de sua obra, a psicanálise “dentro” e “fora” dos muros do tratamento tinha o mesmo valor, e os dois registros serviam para desenvolver a teoria e o método psicanalítico. Ponto de vista de resto não compartilhado por alguns, provavelmente a partir da seguinte afirmativa de Lacan: “A psicanálise, no sentido próprio do termo, aplica-se apenas como tratamento; portanto, a um sujeito que fala e que ouve”, indicando com isso que toda outra forma de aplicação só poderia sê-lo no sentido figurado, isto é, imaginário, fundada no analógico e, como tal, sem eficácia, conforme lemos em Roudinesco e Plon (1998). Opinião de peso que alguns de seus discípulos trataram de difundir sem se preocuparem igualmente em fundamentar e contextualizar.

Jean Laplanche (1998), até morrer um professor universitário de psicanálise, propôs distinguir entre diferentes domínios e aplicações, reivindicando que a psicanálise “fora do tratamento” (*hors-cure*) ou fora dos muros (*hors-les-murs*) fosse tratada com respeito, pois, nos seus mais diferentes domínios e em contraposição a uma “psicanálise pura”, a sua *metapsicologia* era também um lugar de descoberta, assim como transposição de um método. Laplanche precisa que *não se transpõe uma teoria, mas um método*; e a psicanálise, reiteramos, é antes de tudo um método (Marie, 2004). De sua parte, e mais recentemente Mijolla-Mellor (2004), propôs a ideia de *interações da psicanálise* para falar da relação da psicanálise com outras disciplinas (sejam as da predileção de Freud, sejam aquelas cuja interação deu-se depois dele). Parece-nos que todas essas denominações têm muito em comum, inclusive em suas conexões com o laicismo freudiano, e talvez não convenha diferenciá-las em noções estanques, mas dinâmicas, isto é, sempre contextualizadas, fundamentadas e justificadas.

Voltemos a Freud. Em 1927, em pós-escrito ao livro *A Questão da Análise Leiga* (1926), ele afirma que, por uma questão de praticidade, teria ocorrido um erro na forma adotada para diferenciar a psicanálise médica da psicanálise aplicada, e alerta: “Isso não é correto. Na realidade, a linha de separação é entre psicanálise científica e suas aplicações nos âmbitos medicinal e não medicinal” (Freud, 1926/2014, p. 228). Ainda faltaria precisar: em última análise, trata-se de uma única psicanálise, a psicanálise científica e suas aplicações. Sendo assim, tanto o que se convencionou chamar de “psicanálise aplicada”, como a “psicanálise médica”, ou seja, com finalidade terapêutica, seriam, ao fim e ao cabo, aplicações da psicanálise (Rodrigues, 2016).

A roda da história continua a girar e uma concepção de psicanálise aplicada vai figurar também na instituição fundada por Lacan, em 21 de junho de 1964, a *Escola Francesa de Psicanálise* (EFP). No Ato de Fundação (1964/2003a), Lacan descreve a organização da EFP estabelecendo, para fins práticos, entre três seções: *Seção de Psicanálise Pura*, *Seção de Psicanálise Aplicada* e *Seção de Recenseamento do Campo Freudiano*. Assegura não se tratar de uma ordenação hierárquica, mas de uma proposta “circular” de organização que deveria manter um funcionamento simples, de fácil execução. Interessam-nos aqui as duas primeiras.

Sua definição de *psicanálise pura*, que se assemelha àquela de Freud para “psicanálise científica” em parte, tem como eixo especificamente a *práxis* e a doutrina psicanalítica, ou seja, trata-se do terreno da psicanálise didática, a ser

debatida e “estabelecida no devido lugar”. Já a *seção de psicanálise aplicada* seria responsável pela organização do debate e produção em torno da terapêutica psicanalítica.

Enfim, três anos mais tarde, na *Proposição de 9 de outubro de 1967*, a concepção de *psicanálise aplicada* aparece com a nomeação de *psicanálise em extensão*, estando sob sua alçada a tarefa de tornar a psicanálise presente no mundo. A *psicanálise pura* recebe o nome de *psicanálise em intensão* (com s), ou seja, a dimensão da formação do analista, cuja função seria a de preparar os psicanalistas para a psicanálise em extensão (Lacan, 1967/2003b, p. 251). Trata-se de fato de um circuito único em que se trafega entre localizações diferentes, num movimento de retroalimentação, ou seja, uma não é sem a outra.

O Retorno e os Usos da Psicanálise Aplicada

No ano de 1996, o psicanalista Éric Laurent publicou um importante texto, cujo título – *O analista cidadão* – transmite o peso político do escrito, produzido no calor do debate sobre a inserção dos psicanalistas nos serviços públicos de saúde mental. Respeitável membro da Escola da Causa Freudiana, membro fundador da AMP, Laurent, em tom de manifesto, aponta a direção política da psicanálise no Campo freudiano diante das mudanças no cenário mundial:

Os analistas têm que passar da posição de analista como especialista da desidentificação à de analista-cidadão. Um analista cidadão no sentido que tem esse termo na teoria moderna da democracia. Os analistas precisam entender que há uma comunidade de interesse entre o discurso analítico e a democracia, mas entendê-lo de verdade! Há que se passar do analista fechado em sua reserva, crítico, a um analista que participa; um analista sensível às formas de segregação; um analista capaz de entender qual foi sua função e qual lhe corresponde agora. (Laurent, 1999, p. 13)

O autor tece uma ácida crítica à postura do psicanalista como “intelectual crítico”, aquele que cultua um ideal de analista à margem da sociedade, responsável por salvaguardar, em sua torre de marfim, a concepção “extrapura da análise”. Afirma que é preciso “destruir” essa posição do analista “inútil”, que “não serve para nada, salvo para essa posição de denúncia de todos os que servem para algo” (Laurent, 1999, p. 13).

O quadro desenhado por Laurent (1999, p. 17) trazendo a convocação explícita: “Os analistas tem que se despertar um pouco!”, parece ter sido o prenúncio de uma deliberação para uma política da psicanálise no Campo freudiano³. A convocatória era no sentido de despertar para fazer frente aos desafios engendrados pelas mudanças econômicas, políticas e culturais, cujos reflexos atingiam diretamente o campo de atuação do psicanalista, sobretudo na França. Os psicanalistas viam-se doravante obrigados a olhar para além de suas instituições e pensar nos acontecimentos – em suma, convidados a fazer psicanálise, seguindo o rastro de Freud, que não se ausentava das questões sociais que chegavam até ele. Tratava-se de enfatizar a importância do “analista-cidadão”, acreditando num irreversível próprio do tempo presente: “A psicanálise não vai durar muito tempo em suas formas antigas [...]. O psicanalista no pedestal, o psicanalista-mago, o psicanalista a quem ninguém pede provas por estar apoiado em uma poderosa instituição que lhe fornece suas credenciais acabou” (Miller, 2005, p. 256). Os discursos traziam a mensagem de que era preciso ocupar trincheiras, numa guerra pela sobrevivência da psicanálise.

De acordo com Miller (2002-2003) fazer avançar a psicanálise em sua complexidade, em um período de tantas dificuldades, em que se pregava aos quatro ventos sua crise e suas limitações, exigiria *um esforço de poesia*. Defendendo a necessidade de adentrar o campo social e institucional como forma de preparação para as inevitáveis mudanças em curso, ele assegura que os princípios da psicanálise não seriam alterados, mas, ao contrário, poderiam ser “salvos” justamente sob a condição de captar a lógica dos novos tempos:

A psicanálise entrou, há tempos já, sem dúvida, em uma nova época. Pode-se dizer que o que ela colocava em sua periferia tornou-se seu centro, tornou-se sua preocupação central. O que ela colocava em sua periferia é o que batizamos, de modo mais ou menos feliz, de psicanálise aplicada. E, durante muito tempo, é preciso dizer que a psicanálise aplicada foi rejeitada para suas margens, as margens da psicanálise pura. (Miller, 2003, aula 01, p. 05)

Segundo Tarrab (2003, p. 03), dentro dos marcos da orientação lacaniana, “clínica e política são inseparáveis” e, portanto, os psicanalistas foram convocados a ir além dos muros das suas escolas. A orientação era no sentido de pensar a psicanálise na cidade, fazê-la circular entre os debates importantes no cotidiano das comunidades. Foi assim que, como resposta ao eco “do mal-estar e do discurso contemporâneos, da aparente rarefação das demandas de análise provenientes de

3 O termo *Campo Freudiano* é utilizado comumente no sentido de um território mais amplo, relativo a toda a produção inscrita nos limites da orientação teórica da AMP.

sujeitos neuróticos, do forte aumento das demandas por melhora sintomática em curto prazo [...]” (Fari, 2008, p. 62), cresceu o entusiasmo no seio da psicanálise de orientação lacaniana com a psicanálise aplicada à terapêutica.

Neste contexto, algumas iniciativas passaram a despontar como resposta à demanda do Outro social por ações que justificassem a presença da psicanálise no século XXI. De acordo com Freda (2008), a emenda Accoyer foi um dos acontecimentos desencadeadores para a criação do dispositivo denominado Centro Psicanalítico de Consulta e Tratamento (CPCT) no ano de 2003, em Paris, que nasceu como um centro de psicanálise aplicada, caracterizado por ofertar atendimento psicanalítico sem custo monetário e por tempo limitado. A iniciativa dos CPCTs espalhou-se por outros países nos anos seguintes, numa rede organizada dentro da orientação lacaniana do Campo freudiano.

A aposta era de que a psicanálise encontraria aí uma forma de fazer-se presente na cidade, levando a público os efeitos de uma prática psicanalítica àqueles que dificilmente buscariam um analista: sujeitos em condições subjetivas e/ou materiais precárias, ou sujeitos que não se enquadravam em outros dispositivos de atenção psicossocial ofertados pelo governo. Para Cottet (2005), o público atendido comunga de um traço de *exclusão*, sejam eles pacientes em grande sofrimento, seja que já passaram por inúmeros outros tratamentos sem sucesso.

Além disso, os espaços de supervisão coletiva, de reuniões clínicas, seminários e colóquios configurariam o CPCTs como um importante espaço de pesquisa e de formação, em conexão direta com os sintomas da atualidade. Seu *modus operandi* segue a estrutura do dispositivo lacaniano dos cartéis⁴: há dois grupos de analistas que realizam os atendimentos no Centro, sendo o grupo A composto por analistas da Escola (AE) de sólida formação psicanalítica, e o grupo B, por analistas em formação. Os casos atendidos são supervisionados por um grupo de quatro praticantes e mais um (Cottet, 2005). A supervisão, pautada na clínica do caso a caso, permite chegar a um diagnóstico de estrutura e traçar uma direção para o tratamento (Merlet, 2008).

A dinâmica de trabalho com os pacientes dos CPCTs foi organizada em dois momentos diferenciados, a *consulta* e o *tratamento*. A proposta era acolher a quem procurasse o centro, sem a exigência de um protocolo formal de encaminhamento. Na sequência, o paciente seria direcionado a um psicanalista para encontros pontuais, por um curto período de tempo, podendo variar entre um e três encontros, caracterizando o período de consultas. Segundo Francisco Hugo Freda (2006, p. 07), um dos idealizadores da iniciativa, o tempo das consultas seria o necessário para que o paciente, a partir do encontro com um psicanalista, pudesse localizar seu ponto de fixação e nomear sua demanda: “Trata-se, nesse momento, de fazer da demanda um nome, um novo sintoma, produto do encontro com um psicanalista. Um ‘sintoma provisório’, se nos permitem esta expressão”. Por isso, a condução das consultas deveria ficar preferencialmente a cargo de um analista mais experiente.

A partir do que se pôde apreender das consultas, o paciente seria encaminhado ao tratamento, realizado por outro psicanalista, durante um período limitado em quatro meses, podendo ser prorrogado em algumas situações específicas, de acordo com a organização de cada Centro. Sobre o tempo de duração do tratamento, Serge Cottet (2005, p. 38) o tem como o período destinado à experimentação pelo sujeito de uma divisão subjetiva, que poderia levá-lo à análise, caso apresentasse a disponibilidade em realizar o “trabalho de elucidação da estrutura de seu desejo”. Portanto, o CPCT trabalha com a possibilidade de uma transformação da demanda terapêutica inicial em demanda de análise, assim como pode se limitar à demanda terapêutica, já que a produção de uma demanda de análise é secundária no dispositivo.

Segundo Pierre-Gilles Guéguen (2003, p. 04), colocar em marcha este projeto seria “ancorar na civilização e em seu mal-estar contemporâneo o discurso psicanalítico que existe desde Freud”, o que faria desta iniciativa a promessa de um importante “destino político”. De uma forma geral, a ideia não era absolutamente inédita: não podemos deixar de aludir à iniciativa dos lacanianos de criação dos CPCTs àquela de Max Eitingon, Karl Abraham e Ernst Simmel ao inaugurarem o Instituto Psicanalítico de Berlim (*Berliner Psychoanalytisches Institut*) em fevereiro de 1920 e, no mesmo local, a policlínica homônima, o que indica que os CPCTs têm um precedente bem longínquo, tardiamente retomado. O Instituto Psicanalítico de Berlim constituiu-se como modelo para outros semelhantes inaugurados nos moldes da IPA e foi um “verdadeiro laboratório de formação de terapeutas” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 57), onde se elaborou os princípios da análise didática, tornando-se o “maior centro de formação analítica do mundo” (p. 57). A policlínica, tal como os CPCTs, realizava tratamentos terapêuticos gratuitos ou pagos em “graus variáveis” por outros pacientes. Contudo, Miller (2008) considerou que os CPCTs realizariam esse trabalho em maior escala e com o diferencial de uma produção e elaboração clínica específica.

A torção feita do ponto de vista teórico-clínico exigia retomar e aprofundar a discussão dos conceitos de psicanálise pura e psicanálise aplicada e seus desdobramentos, considerando o risco iminente de ser capturado ao tentar capturar o espírito do tempo. Portanto, grande parte da produção do Campo freudiano nos anos que se seguiram, entre 2002 e 2009, privilegiou o enfoque nas questões surgidas a partir da implementação desse projeto, bem como da psicanálise aplicada nas instituições.

4 O cartel é um termo inventado por Lacan para designar a estruturação específica de um pequeno grupo, adequado ao estudo, à elaboração e à discussão da teoria e da prática da psicanálise. Lacan propôs a constituição de um grupo *sui generis*, formado por quatro pessoas que se escolhem e, ao se reunirem, convidam uma quinta pessoa (o mais-um) para ocupar o lugar de um suposto líder, que não ocupa a posição esperada de um líder-mestre, tampouco o lugar de suposição de saber, mas é “encarregado da seleção, da discussão e do destino a ser reservado ao trabalho de cada um”. (Lacan, 1964/2003a, p. 235).

É importante destacar que o CPCT foi a mais importante expressão dessa orientação política, mas não foi a única, abrindo caminhos para a criação de outras iniciativas e instituições semelhantes em diversos países da Europa, além do Brasil e Argentina. No Brasil, foram organizados CPCTs nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, e pesquisas foram realizadas nos grupos de trabalho vinculados às instituições públicas de fomento à pesquisa. Sob o eixo *efeitos terapêuticos rápidos na psicanálise aplicada*, os psicanalistas foram convidados a compartilhar elaborações clínicas a respeito das possibilidades e limites do trabalho analítico nesses curtos períodos de tempo.

A ampla e rápida difusão dos CPCTs demonstrou o engajamento dos psicanalistas em articular psicanálise e cidade, na busca pela ruptura da imagem engessada de uma psicanálise restrita aos consultórios particulares, com um alto custo monetário, fechada em suas regras e em si mesma. Estava claro o objetivo de fazer frente ao rápido avanço das terapias cognitivo-comportamentais, que, com a oferta de tratamento curto e eficaz, passavam a ocupar um espaço privilegiado junto às instituições reguladoras ligadas às políticas públicas. Contudo, a proposta não era a de uma psicoterapia breve de base analítica, mas uma “psicanálise verdadeira” em dezesseis sessões.

Ao final dos cinco primeiros anos, os CPCTs haviam se expandido muito, com dezenas de psicanalistas envolvidos com a clínica, mas também com a burocracia e com a busca por subsídios do Estado para a manutenção da oferta gratuita de serviços. A busca de subvenção colocava em risco o que os psicanalistas franceses defenderam na ocasião da emenda Accoyer, ou seja, de que a psicanálise não se subordinaria ao poder do Estado (naquele caso, referente à regulamentação do ofício do psicanalista). A ideia inicial de Jacques-Alain Miller de angariar recursos mínimos para subsidiar as despesas básicas se deparou com a burocracia sanitária, e grande parcela do desejo no CPCT foi investida no cumprimento de exigências administrativas. Além disso, a dimensão que os centros ocuparam na estrutura da AMP, bem como os caminhos tomados na gestão dos serviços foram geradores de polêmicas e crises no interior da associação.

Alguns dos CPCTs continuam em atividade ainda hoje. No entanto, houve um refluxo na produção e divulgação dos trabalhos, fruto das elaborações feitas nos anos seguintes. A mobilização em torno da psicanálise aplicada causou profunda preocupação entre os dirigentes da AMP. A percepção foi a de que o investimento na psicanálise aplicada estaria provocando um desvio em relação à formação do analista, esvaziando a dimensão da psicanálise pura, relegada a um segundo plano. O processo poderia colocar a psicanálise a serviço do discurso do mestre, ao responder às demandas dos imperativos contemporâneos e aos ideais do Estado. Temia-se que a formação dos jovens analistas ficasse vinculada primordialmente aos CPCTs em detrimento da Escola.

A preocupação era a de ter-se aberto uma *caixa de pandora*, não sendo possível retomar o controle da dinâmica dos trabalhos à medida que avançava a demanda por atendimento, o interesse dos psicanalistas e, conseqüentemente, o aprofundamento da relação delicada com os financiamentos públicos. Contudo, a extensa produção gerada a partir do trabalho clínico realizado nos centros demonstra habilidade em relação aos atravessamentos que se apresentam na instituição, bem como intensidade teórica e manejo clínico delicado.

Passada a fase da ousadia, fazia-se necessário imprimir cautela à iniciativa para dar continuidade ao que funcionou: “Na medida em que essa experiência é um sucesso, e que é útil a certo número de analistas em formação; trata-se de fazê-la perdurar e de aperfeiçoá-la” (Miller, 2008, p. 01). Ao fim e ao cabo, fica claro que a criação dos CPCTs buscou atender à necessidade política de demonstrar a utilidade social da psicanálise diante das ameaças sentidas, como afirmou Laurent (2011, p. 47):

Era num contexto em que, na França, sofriamos uma ofensiva legal da psicoterapia, assim como dos comportamentalistas. Era um contexto europeu onde as burocracias sanitárias foram conquistadas pelos métodos de avaliação. A psicanálise aplicada se viu arrastada pelo delírio avaliativo [...]. Nesse contexto era necessário lembrar a força e a utilidade social da psicanálise.

Entre erros e acertos, a ousadia da AMP em colocar a psicanálise aplicada no centro de sua política durante os primeiros anos da década de 2000 produziu efeitos importantes na recuperação e avanço da elaboração teórica na área. Ademais, a mudança de enfoque trouxe à cena experiências institucionais bem-sucedidas, que durante anos tiveram pouca ou nenhuma visibilidade, o que impulsionou outras iniciativas de psicanálise aplicada.

Considerações Finais

Procuramos esboçar neste artigo fragmentos de um cenário político-institucional e social da psicanálise, que adquire seus contornos na França, na última década, mas que, não constituindo um privilégio daquele país, espalha-se por todos os outros onde a disciplina freudiana se implantou, incluindo, de maneira relevante, o Brasil. Se outrora a França foi considerada uma “exceção mundial” pelo desenvolvimento da psicanálise em seu território, a virada do século XXI prenunciou o advento de mais uma crise no movimento psicanalítico, tendo como pivôs suas instituições, mas também as exigências do mercado, com a reestruturação

das profissões da saúde mental e a força do Estado nas tentativas de regulamentação da prática psicanalítica. A necessidade de responder a essa crise fomentou a invenção de propostas mais ousadas, especialmente entre os psicanalistas lacanianos.

Os “Estados Gerais da Psicanálise” surgem sob influência desse contexto, mas representando a urgência do debate sobre as práticas psicanalíticas e as instituições de psicanálise, convocando ao dismantelamento do modelo *soberano* característico das instituições psicanalíticas (Derrida, 2000) em prol de uma articulação com o social e com o político. A necessidade de averiguar o estado geral do movimento psicanalítico e de avançar para além dos limites das instituições teve início em território francês, alcançando efeitos importantes em várias partes do mundo, sobretudo na América Latina.

O resgate dessa aliança necessária entre clínica e política, como resposta à crise que, do ponto de vista da prática clínica, afetava os psicanalistas franceses, deu-se inicialmente pela retomada da psicanálise aplicada. Nesse cenário, uma das iniciativas de maior destaque foi a criação do dispositivo dos CPCTs, como forma de tornar a psicanálise presente no cotidiano das cidades e possibilitar um encontro com um analista àqueles que não podiam ter acesso ao tratamento em consultório particular, evidenciando a utilidade social da psicanálise. A proposta repercutiu em outros países, com a criação de dispositivos semelhantes e com destaque para as modalidades de psicanálise aplicada à terapêutica.

Apesar das dificuldades que impediram o prosseguimento dos EGPs e das barreiras enfrentadas pelos CPCTs, ambas as iniciativas são tentativas de resgatar o poder subversivo (e amortecido) da invenção freudiana e do lugar que lhe compete diante dos desafios do mundo contemporâneo. Afinal, seu futuro exige reinvenções e, ainda que não tenhamos clareza de como fazê-las, é preciso experimentar.

Referências

- Aguiar, F. (2005). Regulamentação das psicoterapias: o precedente francês. *Percurso*, 34 (1), 109-120.
- Birman, J. (2010). Crueldade e Psicanálise: Uma leitura de Derrida sobre o saber sem álbi. *Natureza Humana*, 12 (1), 55-84.
- Cottet, S. (2005). Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica contemporânea. In T.C. Santos (Org.), *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada* (pp. 11-40). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Derrida, J. (2000). Estados de Ânimo del Psicoanálisis: lo imposible más allá de la soberana crueldad. *Presentación a los Estados Generales del Psicoanálisis*. Link
- Fari, P. (2008). Entrevistas do momento atual nº10. *Correio Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, (61), 59-64.
- Freda, H. (2006). CPCT de Paris, experiências e resultados. *Opção lacaniana*, (45), 6-7.
- Freda, H. (2008). Entrevistas do momento atual nº13. *Correio Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, (61), 85-92.
- Freud, S. (1992). Psicanálise. In *Œuvres complètes* (vol. 17). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (2012). Contribuição à história do movimento psicanalítico. In *Obras completas* (vol. 11). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2013). O tabu da virgindade: contribuições à psicologia do amor III. In *Obras completas* (vol. 9). São Paulo: Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1917)
- Freud, S. (2014). A questão da análise leiga. In *Obras completas* (vol.17). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Guéguen, P. (2003). A propósito da criação do Centro psicanalítico de consultas e de tratamento da ECF. In Miller, J. (2002-2003). *Um esforço de poesia*. Curso da Orientação lacaniana, aula 09, 29/jan./2003. Inédito.
- Kehl, M. R. (2005). *O eu é um outro*. Link
- Lacan, J. (2003a). Ato de fundação. In J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 229-247). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original
- Revista Subjetividades, Fortaleza, 17(1): 55-67, janeiro, 2017

publicado em 1964)

Lacan, J. (2003b). Proposição de 9 de outubro sobre o psicanalista na Escola. In J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1967)

Laplanche, J. (1998). *Problemáticas I: A angústia*. São Paulo: Martins Fontes.

Laurent, E. (1999). O analista cidadão. *Curinga*, Belo Horizonte, 13, 12-19. (Trabalho original publicado em 1996)

Laurent, E. (2011). *Loucuras, sintomas e fantasias na vida cotidiana*. Belo Horizonte: Scriptum.

Machado, L. V. (2016). *A “Exceção Francesa”: Uma Leitura sobre a Psicanálise na França (2003-2005)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Major, R. (1997). *As bases para os Estados Gerais*. Link

Major, R. (2003a). *O inconsciente sociopolítico*. Link

Major, R. (2003b). Por que os Estados Gerais da Psicanálise, hoje? In R. Major (Org.), *Estados Gerais da Psicanálise* (pp. 13-18). Rio de Janeiro: Contracapa Livraria.

Marie, P. (2004). *Psychanalyse, psychothérapie: Quelles différences*. Paris: Aubier/Flammarion.

Merlet, A. (2008). Entrevistas do momento atual nº7. *Correio Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, 61, 41-46.

Mijolla-Mellor, S. (2004). La recherche en psychanalyse à l’université. *Recherches en Psychanalyse*, (1), 27-47.

Miller, J.-A. (2002-2003). *Um esforço de poesia*. Curso da orientação lacaniana, aula 01, 13/nov./2002. Inédito.

Miller, J.-A. (2005). *O sobrinho de Lacan: Sátira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Miller, J.-A. (2008). *Entrevista do momento atual*. Link

Rodrigues, A. (2016). *A psicanálise e a política de assistência social brasileira: Um diálogo possível?* Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Rodrigues, H. (2005). O intelectual no “campo” cultural francês: do caso Dreyfus aos tempos atuais. *Varia historia*, Belo Horizonte, 21(34), 395-413.

Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Roudinesco, E. (1986). *História da psicanálise na França: A batalha dos cem anos (1925-1985)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Roudinesco, E. (2005). *O paciente, o terapeuta e o Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Roudinesco, E. (2009). *Em defesa da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Tarrab, M. (2003). Política lacaniana e clínica lacaniana. *Opção lacaniana*, 36, 3-5.

Endereço para correspondência

Letícia Vier Machado
Email: leticiaviermachado@gmail.com

Fernando Aguiar Brito de Sousa
Email: aguiarfe@hotmail.com

Adriana Rodrigues
Email: adriana-dri@hotmail.com

Recebido em: 03/02/2016

Revisado em: 12/10/2016

Aceito em: 20/12/2016